**PROJETO DE LEI Nº 2.648 DE 2015
(Supremo Tribunal Federal)**

Altera dispositivos da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências.

EMENDA Nº

Acresça-se o parágrafo único ao art. 11 da Lei 11.416/2006:

Art. 11º.....

Parágrafo único As parcelas indenizatórias serão pagas de forma isonômica a servidores e aos magistrados, exceto aquelas que forem determinadas por decisão judicial.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa conferir proporcionalidade entre os benefícios auferidos por magistrados e por servidores, afinal todos integram o mesmo Poder.

Ressalte-se que esses benefícios têm objetivos idênticos tanto para servidores quanto para magistrados, a exemplo dos auxílios alimentação e pré-escolar, que não podem ser diferenciados em razão do cargo que os beneficiários ocupam dentro da estrutura do Poder Judiciário.

Frise-se que as parcelas determinadas por ações judiciais não serão estendidas, uma vez que não tem como ponto de partida a aplicação de ato normativo.

Sala da Comissão, em de setembro de 2015.

Deputado **IZALCI**